


MEMÓRIA E HISTÓRIA GLOBAL: NOVAS PERSPECTIVAS PARA A HISTORIOGRAFIA DO MUNDO RURAL

Memory and Global History: New Perspectives for the Historiography of Rural World

Gabriel Souza Bozzano^a

 <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2020v17n2p245>

E-mail: gabrielbozzano@hotmail.com

^a Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



BROCARD, Daniele; DEBIASI, Rose E.; ORBEN, Tiago A. (orgs.)
Terra e memória: vivências conflitos e conquistas no(s) rural(is) do Brasil. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. 257p.

PALAVRAS-CHAVES: História. História contemporânea. Conflito. Brasil.

KEYWORDS: History. Contemporary History. Conflict. Brazil.

O livro *Terra e Memória: vivências conflitos e conquistas no(s) rural(is) do Brasil*, organizado por Daniele Brocado, Rose Elke Debiasi e Tiago Arcanjo Orbene, publicado pela editora FI no ano de 2018, estimula-nos a novas reflexões sobre a questão rural no Brasil.

A proposta desse livro é refletir sobre o uso de narrativas e fontes orais na escrita da história sobre a questão rural, e toma como recorte temporal os anos que marcam desde o período ditatorial até o início dos anos 2000. A escolha temporal adotada nos mostra a grande ressonância que o momento de expulsão de trabalhadores do campo, com o uso da violência irrestrita nas relações laborais e na demanda pelo acesso à terra ainda detém.

Num contexto de expansão do latifúndio e de projetos modernizantes estatais, altamente contestáveis quanto ao seu benefício para as coletividades, as escolhas do passado ainda nos deixam marcas que, se não nos definem enquanto nação, desafiaram as/os autoras/autores a problematizar os testemunhos e registros históricos, e a partir de seus entrevistados propor pistas para reler os caminhos trilhados por pessoas comuns em prol de uma sociedade mais inclusiva.

É dessa forma que estão estruturados os nove capítulos desse livro, preocupado com as conexões entre temáticas e sujeitos diversos, por exemplo, desde a trajetória de posseiros e agricultores até o contexto das terras dominadas por madeireiras no Oeste do Paraná, refletindo como transmitem suas noções de pertencimento e direitos nesse espaço; ou da saga dos seringueiros do Acre, dos trabalhadores de canaviais em Sergipe e dos desabrigados da hidrelétrica de Itaipu.

A memória registrada pelas narrativas e testemunhos nos estimula para a reflexão de como esses trabalhadores produzem uma memória alternativa a lógica perversa de destituição em curso tão bem retratada por Caio Prado Junior (1979), e como eles mesmos apropriaram-se da memória oficial, aquela difundida pelos donos do poder, num momento de expansão das fronteiras agrícolas nos anos 1950 e 1980.

A historiografia do mundo rural apoia-se, entre suas diversas contribuições, na tese do “sentido da colonização”, base das formas de exploração comum do território, do solo, dos trabalhadores, e que atesta problemas fundamentais de ordem política e econômica ainda presentes que precisam ser melhor problematizados em sua íntima relação com os movimentos sociais rurais (PRADO; 1979).

É dessa forma que uma história global para o mundo rural deve se esforçar, segundo Nora Mckeen (2013) em trazer novos questionamentos quanto as conexões possíveis – e, primordialmente, o que estas são e como funcionam - entre as formas de exploração dos territórios, as lógicas de sua ocupação e colonização, as relações com o sistema capitalista mundial e, mais recentemente, com os movimentos sociais em nítida relação com a temática ambiental, este último tema amplamente destacada no presente livro que os leitores têm em mãos.

Brevemente, registramos um parentesco possível entre a história global com a micro história e a história do tempo presente, os quais buscam “antes de tudo, uma tentativa de narrar sem esconder as regras do jogo que o historiador seguiu” (LEVI, 2016, p. 22). Em comum, coloca-se o historiador no campo das reflexões sobre o trauma e os temas sensíveis, que se abrem como uma nova postura frente a sociedade pós-segunda guerra mundial ao buscar o registro da experiência dos sobreviventes desse fatídico momento. Logo, recuperar fragmentos de memórias, muitas vezes esquecidos pelo passado tumultuado de presenças, conflitos e temporalidades, confrontando-os no sentido de uma inter-oralidade, é um traço da história global e das preocupações da micro história que marca inquestionavelmente o presente livro (BOSI, 1987)

O presente livro abunda na problematização dos testemunhos orais e na reflexão sobre os impactos negativo aos ecossistemas numa perspectiva que não isenta o colono/posseiro/trabalhador pelo possível papel desregrado que lhe cabe ao meio ambiente. Além disso, muito longe de o apresentar como ator irracional, vemos nos relatos dos diversos tipos de trabalhadores do campo formas de expansão em curso e as conexões das fronteiras locais, nacionais e globais. Contudo, ainda falta problematizar no presente livro, como e quando se coloca a ocupação e colonização dos territórios como zonas de produção e reprodução, articulando-os em uma dinâmica onde o aprendizado da colonização não esteja garantido meramente com sua ocupação (MARQUESE, 2019).

Nesse sentido, muito poderia se avançar em outros trabalhos, por exemplo, se a preocupação sobre as formas de ocupação do território e a relação com a formação do mercado interno de regiões antes com ampla vegetação original fossem retratadas aos moldes da proposta por Freitas (2013). O autor traz à tona sujeitos antes pouco visibilizados pela historiografia do setor, e se questiona sobre como se deu o suposto grande impacto ambiental que os mesmos ocasionaram. Assim, o autor demonstra que esse impacto ambiental não se resume a mera relação de expansão demográfica e demandas externas ao território, com os ciclos de *commodities* e da consequente consolidação do domínio estatal sobre esse espaço com diversas contingências de ordem política, sociais, econômicas e ambientais sujeitos às conexões entre territórios dentro e além das fronteiras nacionais.

Da mesma forma, os movimentos sociais no contexto da luta no campo, segundo Sader (1995), devem ser postos como novos sujeitos que antes não eram vistos e considerados atores políticos, os quais ampliaram os espaços de intervenção democrática conhecido como a sociedade civil, como também de arenas internacionais por onde têm atuado (MCKEAN, 2013). Atualmente, muito pode-se refletir – o que falta mais detidamente ser explorado no presente livro - sobre as conexões que os movimentos sociais rurais foram capazes de ativar no sentido que defende Scherer-Warren (2006), como redes de movimentos sociais que tem redefinido os limites do domínio estatal e de sua própria natureza transnacional. É desse modo que muitos avanços podem ser feitos sobre a temática ambiental em sua estrita relação com os movimentos sociais rurais, como chave de problemas vividos pelos atores sociais no presente livro.

Desde o uso massivo de agrotóxicos, da insegurança hídrica posta em evidência pela destruição das florestas, da soberania alimentar frente aos latifúndios improdutivos e destrutivos do ecossistema, assim como do protagonismo da agricultura familiar que produz e comercializa ativando, por eles mesmos, maior igualdade de gênero, raça e cidadania. Esses elementos, atualmente, são postos como recursos simbólicos e materiais, mobilizados para além das fronteiras locais, alterando a percepção dos atores sociais sobre as formas de organização, mobilização e ação e dos próprios limites do Estado-nação (COMPARATO, 2001; PAULILO, 2021).

É com esse pano de fundo que iniciamos o texto de abertura do livro, Os expropriados da Itaipu em movimento por Justiça, de Paulo Kolling, que nos mostra a formação do movimento dos expropriados da terra pela Usina Hidrelétrica de Itaipu. O autor se apoia nos relatos de lideranças e nas cartilhas produzidas pelo Mausoléu do Faraó, jornal produzido pelos trabalhadores e igreja católica, demonstrando que este funcionava de maneira orgânica com a luta dos trabalhadores, contribuindo imensamente para a criação do Movimento Justiça e Terra,

É analisando como foi registrada e transmitida a experiência dos “pequenos”, ou seja, uma variedade de grupos como posseiros, pequenos agricultores, comerciantes, que o historiador apreende como esse movimento agiu contra as ações arbitrárias de expulsão

da terra - o que, aliás, nos mostra outra face do governo ditatorial no trato aos movimentos sociais.

A perspectiva da história global adotada pelo autor reflete-se na avaliação do impacto causado pela hidrelétrica para os trabalhadores rurais e dos diversos outros sujeitos afetados pelo empreendimento, que se ligaram em razão do agravo sofrido, e de como esse dano foi percebido de maneiras diversas entre os mesmos trabalhadores dentro e fora da fronteira nacional com migrantes brasileiros no Paraguai, vivendo como posseiros expulsos em decorrência do processo de modernização do campo. A preocupação com a redução da escala e o olhar para os “esquecidos” da história, aponta para as formas como transmitiram suas demandas e se organizaram, os valores e suas identidades que marcam suas demandas pelo e o direito à terra, as quais foram construídos pela luta e materializados em cartilhas e em passeatas que desembocaram no Movimento Justiça e Terra.

O segundo capítulo, Memória da terra – memória da floresta, de Marcos Montysuma, nos mostra como a experiência dos seringueiros de Xapuri é aquela vivida e acumulada nos espaços que transitam e interagem no cotidiano. O autor nos mostra um conceito de experiência em que a forma escolhida para ser transmitida é intencional por parte das personagens dessa história cheia de espaços onde divindades, animais, vegetais, seres reais de todo tipo cruzam os caminhos dos seringueiros. A preocupação do autor em trazer pela história oral uma forma de pensar a existência de indivíduos que viveram o boom do ciclo da borracha e se colocaram, em alguma medida, contra os interesses estabelecidos, passa pela existência muito real, aquela que é sentida e transmitida, e portanto, transformada em fonte de história pela experiência contada dos que utilizam os recursos naturais de outra forma, não situada na esfera do lucro a qualquer custo. Por fim, a contribuição do autor se localiza num contexto de questões sobre desenvolvimento, meio ambiente e os povos que nele vivem e dele tiram seu sustento.

No terceiro capítulo, O protagonismo dos militantes migrantes na estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1993), Rose Elke Debiasi discorre sobre a trajetória de militantes no contexto da nacionalização da atuação do MST. Com a experiência vivida dos militantes que são chamados a atuar no Nordeste, a autora nos oferece formas diversas de ser liderança em razão de fatores estruturais, ou seja, do potencial de expansão do MST que seria posto à prova nessa região pelo fato dela abrigar inúmeras pessoas expulsas da terra; assim como razões conjunturais, já que a formação de lideranças foi progressivamente vista como elo indispensável, a partir do carisma, do temperamento, dos valores e práticas de cada militante para articular as políticas do MST e promover a reforma agrária nessa região.

No quarto capítulo, Memórias da luta pela educação no campo: acampamento Dom José de Chapecó-SC, Joselene Lopes de Carvalho e Tania Bastiniani discorrem sobre a educação do e no campo, vista pelo olhar de mulheres moradoras do assentamento, que vivenciaram o processo de acampamento. A memória construída sobre essa experiência é relevante para pensar os desafios de uma educação que contribuíram para dar continuidade aos valores do MST, em momentos de grande dificuldade para a implantação do assentamento e de sua escola. Além disso, a memória das entrevistas das autoras é trazida sempre como um momento de aproximação ao diálogo estabelecido com o historiador, apontando a este os caminhos que se abrem para a educação daquele momento com a de hoje, já que muitas de suas entrevistadas entendem partes relevantes do mundo a partir dos valores educacionais do MST.

No quinto capítulo, Invadir é uma coisa e ocupar pra prantá e trabaíá é outra coisa: narrativas de assentados sobre a luta pela terra no sudoeste do Paraná – 1970/2006, Ricardo Callegari nos mostra como o processo de mecanização do campo e os efeitos do

mesmo sobre as ocupações são revistos pela memória de camponeses do assentamento José Raduan, em Marmeleiro, Paraná. O autor parte do papel do Estado, que se apropria do evento da “Revolta dos Posseiros de 1957”, momento de enfrentamento dos colonos migrantes com as companhias de terras que praticam grilagem de terras, e questiona uma suposta identidade regional de um povo ordeiro e cívico de pequenas propriedades prósperas.

Ao problematizar o fato de que estar na terra e viver dela foram motivos para muitas famílias entrarem na luta e se unirem a outros trabalhadores, o autor nos mostra uma memória questionadora das relações de trabalho e do uso da terra vigentes, que considera como injustas por que são improdutivas. Entre arrendar a terra, viver como agregado, e estar na constante tensão de ser expropriado de suas terras temos diversas razões que recuperam motivos mais que evidentes para a ocupação de terras com fins de reforma agrária.

No sexto capítulo, intitulado Terra, memória e disputa no Oeste do Paraná, a autora Irine Adamy discorre sobre as estratégias de segmentos do patronato rural para consolidar uma determinada versão sobre a propriedade da terra, desde os anos 1980. A autora nos mostra a força da articulação de classes patronais, que se intensificou após a justificação do recrudescimento da violência no campo, supostamente somente por parte dos trabalhadores.

Com a atuação e presença de empresas privadas de segurança e mesmo da construção de monumentos contra a ocupação de terras como ferramentas para esse fim, vemos que a própria forma como o patronato justifica seu discurso sobre a suposta inviolabilidade da propriedade privada, cada vez mais propalada pelos canais midiáticos, num contexto de crise econômica e perda do protagonismo desenvolvimentista dos grandes proprietários, abriu espaço para perda de sua hegemonia.

Neste texto, a autora nos mostra o surgimento de novas e instigantes formas de ação no campo que articulam demandas por acesso à terra à memória da luta, o que tem viabilizado a permanência no campo como uma das bandeiras, agora, mais firmemente apoiada e utilizada pelos trabalhadores rurais ao construírem eles também monumentos que valorizam suas existências.

Daniele Brocardo, no capítulo sete, Paisagem da(s) memória(s): narrativas sobre o trabalho nas madeiras e na agricultura, a partir de duas entrevistas de trabalhadores, em madeireira e da agricultura, discorre sobre o papel da memória para pensar a vida coletiva e a vegetação desde a época de ouro das madeiras nos anos 1950 até a década de 1990 no Paraná, já com a consolidação da agricultura como principal atividade econômica. As entrevistas são pensadas a partir do tempo/espaço atual, em que os sujeitos estão inseridos, e como o mesmo influencia na forma como são relatadas suas experiências vividas enquanto trabalhadores que percebem as transformações das paisagens. Vemos o trabalho como eixo que articula a experiência e a noção de paisagem em ambas as entrevistas. Em uma entrevista, por exemplo, as recordações sobre a casa e a roça como elementos que dão coerência a um ritmo intenso de trabalho nas madeiras. É esse trabalho que articula a noção de “mato” em oposição à floresta, mostrando com o primeiro termo a ideia de uma experiência indistinta do meio em que vivia para o entrevistado, já que “mato” tanto poderia ser a floresta primária, a capoeira, o roçado.

São os entrevistados que afirmam se tratar de “terra inculta” esses espaços, onde mantê-los intocados é considerado um ato moralmente censurável, uma “praga”; É desse modo que a autora habilmente deixa em aberto a noção de uso racional da terra, sensível à práxis de sujeitos que estavam constituindo e reivindicando um espaço para viver e que fosse deles mesmos. Essa perspectiva nos mostra outras versões da paisagem e da devastação em curso. Em outra entrevista isso ocorre pela lembrança do recrutamento para

o trabalho, o qual era pensado em oposição ao sofrimento que se vivia, e dessa forma, crítica a devastação em curso. A oposição entre um trabalho passageiro, mal pago e com os direitos negados, estimula os entrevistados a uma nova percepção da devastação, a qual adquire um sentido de que o uso não racional da terra se deu, em grande medida, com o processo de modernização da agricultura e do uso intensivo de maquinário e defensivos agrícolas.

No penúltimo capítulo, Vivências de trabalhadores rurais na região sudoeste do Paraná, o pesquisador Tiago Arcanjo Orben analisa com sensibilidade as experiências de vida de um casal de camponeses. O autor inicialmente faz uma discussão sobre o papel do testemunho como ferramenta para a compreensão das relações no campo, propondo ao pesquisador uma aproximação entre a subjetividade do entrevistado e a posição do entrevistador, a partir dos encontros que marcam uma experiência de troca entre ambos.

Em seguida, o autor tem em vista a vivência desses sujeitos que se deslocaram e, em algum momento de suas vidas, vieram a residir em pequenas propriedades como arrendatários ou empregados temporários. O autor reflete sobre o papel que a atual conjuntura da agricultura e como seus entrevistados informam suas noções de moradia e trabalho como espaços de existência que cruzam suas próprias identidades e trajetórias em áreas marcadas pela luta por terras. Pelo lado daqueles que tiveram suas vidas diretamente marcadas pela ação política nos movimentos por direito à terra, suas narrativas se colocam como um tema sensível já que não são elaboradas pela memória oficial, que preza pela pacificação da questão do campo e, por fim, temos a vida desse casal e de como sua luta por existência reflete-se numa história dos que estão excluídos dessa versão da história da região.

Finalizando a obra, o texto de Jaime Santos Junior, Na órbita das nomenclaturas: cortadores de cana e a interveniência do assalariamento em populações rurais, nos mostra como a ação de nominar os sujeitos históricos, em particular os cortadores de cana de Sergipe, é um ato político onde o pessoal, com as emoções e a cultura, influem na própria identidade desses atores sociais. O pesquisador investiga desse modo manifestações identitárias de trabalhadores no setor canavieiro de Sergipe e os caminhos que os mesmos fazem para viverem desse trabalho, seja pela intensificação das migrações dentro desse Estado, seja em direção a São Paulo, nas usinas que processam entre outras coisas, o bagaço da cana para a indústria automotiva.

Além disso, o autor nos mostra um sindicalismo rural atento às dimensões do vivido e às formas fluidas de hierarquização dos espaços de trabalho feitas pelos próprios trabalhadores. O trânsito entre nomear sua condição de “assalariado”, ou seja, vivendo das usinas de cana e do corte da mesma, acompanha estratégias de sobrevivência comuns àqueles que se identificam como “trabalhador rural”, assim como desafios que surgem nesse espaço onde a linguagem de direitos para os “assalariados”, individualizados, muitas vezes era ineficaz ao não considerar os elementos de comunalidade, nos mostra a riqueza desse tipo de ação sindical ao que tudo indica pode ser replicado em outros setores produtivos (BOZZANO, 2020)

Neste livro o leitor encontrará novos estímulos para uma reflexão do papel da memória como recurso político mobilizado pelas lutas do campo, e assim o faz promovendo um encontro entre pesquisadores e interlocutores, transformando seus relatos em fontes orais que nos estimulam a reflexões sobre o presente momento.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.



BOZZANO, Gabriel S. Reforma portuária e ação sindical: o exemplo do porto de Itajaí (SC) entre os anos 2000-2016. *Estudos de Sociologia*, São Paulo, v. 25, p. 1, 2020.

COMPARATO, Bruno K. Ação política do MST. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4, p. 105-118, 2001.

FREITAS, Frederico. Land Use and Deforestation in Southeastern Brazil, 1753-1840. *Fronteiras: Journal of Social, Technological, and Environmental Science*, Anápolis, v. 2, n. 2, p. 49-77, 2013.

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-história. In: MOREIRA, Pulo; VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (orgs.) *Ensaio de Micro-história: trajetória e migração*. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 18-31.

MARQUESE, Rafael de B. A história global da escravidão atlântica: balanço e perspectivas. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 14-41, jan./abr., 2019.

MCKEON, Nora. One Does Not Sell the Land Upon Which the People Walk: Land Grabbing, Transnational Rural Social Movements, and Global Governance. *Globalizations*, v. 10, n. 1, p. 105-122, 2013.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Feminismo camponês e popular e pós-modernismo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p.253-277, jun.202.

PRADO Jr., Caio. *A Questão Agrária*. 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p.109-130, jan./abr., 2006.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Gabriel de Souza Bozzano: Doutor em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor na Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Santa Catarina.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Rodrigues Alves, 716, Criciúma, Santa Catarina. CEP: 88803070.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.



PREPRINT

A resenha não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Gabriel de Souza Bozzano. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Beatriz Mamigonian.

HISTÓRICO

Recebido em: 14 de setembro de 2021

Aprovado em: 9 de setembro de 2022

Como citar: BOZZANO, Gabriel de S. Memória e história global: novas perspectivas para a historiografia do mundo rural. *Esboços*, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 799-806, set./dez. 2022. [Seção] Resenha. Resenha da obra BROCARDI, Daniele; DEBIASI, Rose E.; ORBEN, Tiago A. (orgs.) *Terra e memória: vivências conflitos e conquistas no(s) rural(is) do Brasil*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. 257p.

